



CÂMARA MUNICIPAL DE
PALMITAL
ESTADO DE SÃO PAULO

Ofício n. 03/2016 – S.C.I.

Palmital, 07 de novembro de 2016

Excelentíssima Senhora Presidente,

Cumprimentando-a cordialmente, e em atendimento ao Art. 10, da Resolução n. 60, de 01 de julho de 2013 (Sistema de Controle Interno), encaminho a Vossa Excelência o Relatório periódico confeccionado pelo Sistema de Controle Interno, referente à administração das atividades realizadas pelo Poder Legislativo, referente ao 2º quadrimestre de 2016 (maio-agosto).

Atenciosamente,


MÁRCIO JUNIOR DE OLIVEIRA
Responsável pelo Controle Interno

À
Excelentíssima Senhora
ADRIANA POLISINI
Presidente da Câmara Municipal de Palmital
Nesta



RELATÓRIO DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO
EXERCÍCIO 2016

Referência – 2º Quadrimestre de 2016 (maio-agosto)

Nos termos do artigo 31, 70 e 74, da Constituição Federal e artigo 54, parágrafo único e artigo 59, ambos da Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal e artigo 76 e seguintes da Lei 4.320/64 e Resoluções nº 60, de 1º de julho de 2013 e nº 71, de 16 de junho de 2015. Encaminho a esta Presidência o Relatório sobre a gestão das atividades realizadas, relativo aos meses de **maio a agosto de 2016** no que se refere à Administração do Poder Legislativo.

Em linhas gerais, nossa finalidade e responsabilidade são:

- a) A atuação prévia, concomitante e posterior aos atos administrativos, com o objetivo de avaliação da ação governamental e da gestão fiscal dos administradores, por intermédio da fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade e efetividade;
- b) O acompanhamento e avaliação das ações do Poder Legislativo, da gestão desempenhada pelos membros da Mesa e dos atos dos responsáveis pela aplicação dos recursos alocados por meio do repasse constitucional, com atuação prévia, concomitante e posterior aos atos administrativos.

1 – IDENTIFICAÇÃO DOS RESPONSÁVEIS PELO PODER LEGISLATIVO NO EXERCÍCIO DO BIÊNIO 2015-2016.

a) De 01-01-2015 a 31-12- 2016

PRESIDENTE	VEREADORA ADRIANA POLISINI
VICE-PRESIDENTE	VEREADOR ANTONIO ALEXANDRE BATISTA
1º SECRETÁRIO	VEREADOR VALTER MONTEIRO BENTO
2º SECRETÁRIO	VEREADOR JOSÉ CARLOS TUSCO





2 – QUALIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO: NOMEAÇÃO ATRAVÉS DA PORTARIA Nº 233, DE 02 DE MARÇO DE 2015.

Márcio Júnior de Oliveira – Responsável pelo Controle Interno

3 – GESTÃO ORÇAMENTÁRIA: LOA, LDO E PPA.

O Sistema de Controle Interno observou a compatibilidade entre os Programas, Ações e Metas criadas no Plano Plurianual, a correta autorização na Lei de Diretrizes Orçamentárias e respectiva implantação na Lei Orçamentária Anual – LOA.

Observa-se que todos os programas executados na Lei Orçamentária Anual no período analisado, foram devidamente inseridos no PPA e autorizados na LDO.

3.1 – ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

Verificado junto ao setor de Contabilidade que no quadrimestre analisado houve abertura de um Crédito Adicional Suplementar no Orçamento do Legislativo na ordem de R\$ 12.000,00 (doze mil reais), tendo como fonte de recursos a anulação parcial de dotações orçamentárias pertencentes da mesma categoria de programação.

A Lei Orçamentária Anual do município de Palmital para o exercício financeiro de 2016 possui autorização expressa para abertura de Crédito Adicional através da anulação de dotação de outras despesas até o limite de 10% da despesa executada.

O Decreto nº 4.197, de 07 de junho de 2016, expedido pelo Poder Executivo, viabilizou a abertura do referido Crédito Adicional, em conformidade com o art. 42, da Lei 4.320/64.

O quadro abaixo permite observar que o valor suplementado está dentro do limite autorizado pela Lei Orçamentária Anual.

PERÍODO	DESPESA EXECUTADA (LIQUIDADA)	LIMITE PARA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL	ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL
1º Quadrimestre	725.748,26	72.574,83	50.000,00
2º Quadrimestre	699.679,80	69.967,98	12.000,00
TOTAL GERAL	1.425.428,06	142.542,81	62.000,00





CÂMARA MUNICIPAL DE
PALMITAL
ESTADO DE SÃO PAULO

4 – GESTÃO DOS REPASSES PELO EXECUTIVO

PERÍODO	PREVISÃO PARA REPASSES	VALORES REPASSADOS	DATA DOS REPASSES
Maio	202.084,00	102.084,00	30/05/2016
		100.000,00	31/05/2016
Junho	202.084,00	102.084,00	29/06/2016
		100.000,00	05/07/2016
Julho	202.084,00	52.084,00	28/07/2016
		20.000,00	04/08/2016
		80.000,00	09/08/2016
		50.000,00	16/08/2016
Agosto	202.084,00	102.084,00	30/08/2016
		30.000,00	12/09/2016
		70.000,00	20/09/2016
TOTAL	808.336,00	808.336,00	

Conforme demonstra o quadro acima, o Poder Executivo, constantemente tem efetuado de forma intempestiva, e ainda, de forma parcelada, os depósitos a título de repasses dos duodécimos ao Poder Legislativo.

Por força de disposição Constitucional, Lei Orgânica do Município e Lei Municipal Orçamentária, o Chefe do Poder Executivo, tem o dever de colocar à disposição da Câmara Municipal, independentemente de requisição, até o dia 20 de cada mês, na forma de duodécimos, os recursos correspondentes à sua dotação orçamentária, sob pena de incorrer em crime de responsabilidade (CF, art. 29-A, § 2º, inciso II).

Nos termos da Lei nº 2.726, de 10 de dezembro de 2015, que estima a receita e fixa a despesa para o exercício de 2016, o valor anual e total da dotação orçamentária da Câmara Municipal de Palmital, é de R\$ 2.425.000,00 (dois milhões, quatrocentos e vinte e cinco mil reais), com duodécimos fixados no valor de R\$ 202.084,00 (duzentos e dois mil e oitenta e quatro reais).





CÂMARA MUNICIPAL DE
PALMITAL
ESTADO DE SÃO PAULO

Apesar da legislação impor ao Poder Executivo, o dever de realizar o repasse dos duodécimos à Câmara Municipal, até o dia 20 de cada mês, verificamos que Presidente desta Casa de Leis solicitou antecipadamente à Senhora Prefeita Municipal o devido repasse através de ofícios.

Conforme recomendações deste Controlador Interno, no relatório do 1º quadrimestre de 2016 (janeiro a abril), apuramos que a Presidente da Câmara Municipal dirigiu ofícios a Prefeita Municipal, contendo a cobrança dos repasses dos duodécimos não depositados no prazo legal, nos meses de julho, agosto, setembro e outubro, no entanto, a Chefe do Poder Executivo não apresentou qualquer justificativa sobre os ofícios que ora lhes foram dirigidos.

Apuramos que embora o Poder Executivo tenha mensalmente atrasado o repasse dos duodécimos ao Poder Legislativo, não houve o comprometimento da autonomia administrativa da Câmara Municipal.

4.1 – RELAÇÃO DOS BANCOS ONDE SÃO MOVIMENTADOS OS RECURSOS DO PODER LEGISLATIVO

BANCO	AGÊNCIA	CONTA	TIPO
Banco do Brasil S.A.	0958-X	6.748-2	Corrente
Caixa Econômica Federal	1197	06000471-0	Corrente

05 – GESTÃO DE PESSOAL

Os valores registrados em folha de pagamento e na contabilidade correspondem aos estabelecidos em Resolução e Lei.

5.1 – CONSTA EM FOLHA DE PAGAMENTO NOS MESES DE MAIO A AGOSTO DE 2016:





CÂMARA MUNICIPAL DE
PALMITAL
ESTADO DE SÃO PAULO

FOLHA DE PAGAMENTO	MESES			
	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO
Servidores em Comissão	01	01	01	01
Servidores Inativos	01	01	01	01
Servidores Efetivos	09	09	09	09
Servidores Licença Saúde	-0-	-0-	-0-	-0-
Servidores Licença Maternidade	-0-	-0-	-0-	-0-
Vereadores	11	11	11	11
Vereadores Licença Saúde	-0-	-0-	-0-	-0-
Rescisão Trabalhista	-0-	-0-	-0-	-0-

5.2 – CONTROLE DE FÉRIAS

A concessão de férias é controlada pelo setor de Recursos Humanos e autorizadas pela Presidência da Câmara Municipal.

5.3 – CONTROLE DE FREQUÊNCIA

A frequência dos servidores é controlada através de registro eletrônico de ponto através de identificação biométrica, sendo gerados mensalmente relatórios com registros individuais dos servidores para os devidos lançamentos em Folha de Pagamento;

O controle de frequência dos Vereadores às Sessões Legislativas é realizado através de livro de registro de presença;

Todas as faltas foram devidamente justificadas pelos servidores;

Não houve pagamento ou remuneração aos Vereadores por participações em Sessões Extraordinárias.

5.4 – HORAS EXTRAORDINÁRIAS

No período houve pagamento de horas extraordinárias aos servidores do quadro efetivo, obedecendo ao limite máximo mensal de 60 horas, em consonância com a Lei Complementar nº 01, de 27 de maio de 1993, que disciplina o Regime Jurídico dos Funcionários Públicos do município de Palmital;





CÂMARA MUNICIPAL DE
PALMITAL
ESTADO DE SÃO PAULO

Não houve pagamento de horas extraordinárias aos servidores ocupantes de cargos em Comissão, obedecendo à vedação prevista no § 2º, do artigo 160, da Lei Complementar nº 01 de 27 de maio de 1993, que disciplina Regime Jurídico dos Funcionários Públicos do município de Palmital.

**5.5 – LIMITE CONSTITUCIONAL PARA GASTO COM FOLHA DE PAGAMENTO
(EC Nº 25/00)**

PERÍODO	DUODÉCIMO RECEBIDO	FOLHA DE PAGAMENTO (INATIVOS)	TOTAL DA FOLHA DE PAGAMENTO
Maio	202.084,00	4.531,55	121.305,15
Junho	202.084,00	4.531,55	130.179,07
Julho	202.084,00	4.531,55	117.001,53
Agosto	202.084,00	4.531,55	114.172,37
TOTAL	808.336,00	18.126,20	482.658,12

Transferência total de Duodécimo	808.336,00
Inativos pagos com orçamento do Legislativo	18.126,20
Transferência líquida	790.209,80
Despesa total com folha de pagamento	482.658,12
Inativos pagos com orçamento do Legislativo	18.126,20
Despesa com folha de pagamento	464.531,92
Despesa com folha ÷ Transferência líquida	58,79%
Percentual máximo	70,00%





CÂMARA MUNICIPAL DE
PALMITAL
ESTADO DE SÃO PAULO

5.6 – LIMITE PARA AS DESPESAS COM PESSOAL (ARTIGO 20, INCISO III, ALÍNEA “A”, DA LRF)

	2º QUADRIMESTRE DE 2016	
Receita Corrente Líquida	63.140.682,22	
	R\$	%
Despesas Totais com Pessoal	1.732.521,19	2,74
Limite Prudencial 95% (par. único art. 22)	3.599.018,89	5,70
Limite Legal (art. 20)	3.788.440,93	6,00

O Poder Legislativo Municipal cumpriu a determinação do Art. 20, inciso III, alínea “a”, da Lei de Responsabilidade Fiscal, conforme valores do quadro acima extraídos do Relatório de Gestão Fiscal, referente ao 2º Quadrimestre de 2016, no qual consta que o Legislativo atingiu o índice de Gastos com Pessoal no percentual de 2,74%, ou seja, abaixo do limite legal de 6%;

Verificamos que o Poder Legislativo Municipal publicou tempestivamente o referido Relatório de Gestão Fiscal, conforme publicação realizada no Seminário Oficial do Município de Palmital em data de 30/09/2016, como também realizou a divulgação por meio eletrônico, de acordo com artigos 54 e 55 da LRF.

5.7 – DETALHAMENTO DA COMPOSIÇÃO DAS DESPESAS PAGAS A TÍTULO DE OBRIGAÇÕES PATRONAIS

- Análise de valores repassados ao Instituto Nacional do Seguro Social – INSS:

MESES	INSS (Desconto Vereador)	INSS (Desconto Servidor)	INSS (Desconto Terceiros)	VALOR TOTAL
Maio	5.376,60	4.492,44	-0-	9.869,04
Junho	5.376,60	4.931,22	-0-	10.307,82
Julho	5.376,60	4.671,09	-0-	10.047,69
Agosto	5.376,60	4.532,63	-0-	9.909,23





CÂMARA MUNICIPAL DE
PALMITAL
ESTADO DE SÃO PAULO

MESES	INSS (Patronal Vereador)	INSS (Patronal Servidor)	INSS (Patronal Terceiros)	VALOR TOTAL
Maio	12.071,05	11.978,73	-0-	24.049,78
Junho	12.071,04	12.829,17	-0-	24.900,21
Julho	12.071,04	11.286,54	-0-	23.357,58
Agosto	12.071,05	10.953,52	-0-	23.024,57

As contribuições previdenciárias (patronal, servidores e agentes políticos) foram recolhidas em tempo hábil e conferidas pelo Controle Interno;

O Setor de Recursos Humanos apresentou as Certidões de Regularidade com a Previdência Social e do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço.

06 – GESTÃO DO PATRIMÔNIO

6.1 – RESUMO DAS ATIVIDADES REALIZADAS:

O patrimônio possui registro dos bens (natureza, classe e identificador) que permite sua rápida localização, e está atualizado pelo Setor Responsável;

O inventário físico é realizado mensalmente e todos os bens estão identificados com placas ou etiquetas;

Existe controle de movimentação dos bens entre os setores e emissão do Termo de Responsabilidade para os bens móveis;

O setor de patrimônio está realizando a depreciação dos bens móveis em conformidade com a nova contabilidade pública.

6.2 – RELAÇÃO DE BENS PATRIMONIAIS BAIXADOS E TRANSFERIDOS PARA A PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL NOS MESES DE MAIO A AGOSTO DE 2016

No período analisado não foi realizada baixa de bens considerados inservíveis para as atividades do Legislativo.

6.3 – RELAÇÃO DE BENS PATRIMONIAIS ADQUIRIDOS NOS MESES DE MAIO A AGOSTO DE 2016





CÂMARA MUNICIPAL DE
PALMITAL
ESTADO DE SÃO PAULO

Mês	Data aquisição	Nº Patrimônio	Descrição	Valor	Localização
Maio	02/05/2016	637	Cadeira Digitador Giratória F-827 Fratto.	365,75	Sala da Contabilidade
Maio	02/05/2016	638	Cadeira Digitador Giratória F-828 Fratto.	389,50	Sala da Secretaria
Maio	02/05/2016	639	Cadeira Digitador Giratória F-828 Fratto.	389,50	Sala da Secretaria
Maio	02/05/2016	640	Cadeira Digitador Giratória F-828 Fratto.	389,50	Sala da Secretaria
Maio	02/05/2016	641	Cadeira Digitador Giratória F-828 Fratto.	389,50	Sala da Secretaria
Maio	02/05/2016	642	Impressora Matricial Marca Epson Modelo TM-U295	2.699,00	Sala da Contabilidade
Agosto	17/08/2016	643	Servidor Gabinete Rack marca HPE Modelo DL160 GEN 9.	16.850,00	Sala de Som
Agosto	17/08/2016	644	Switch KVM 4 portas marca D-Link modelo DKVM-4U	421,00	Sala de Som
Agosto	17/08/2016	645	Switch 24 portas marca HPE modelo 620-24G JG913A	1.623,00	Sala de Som
Agosto	17/08/2016	646	Rack Completo montado marca Garra modelo 44 U	7.114,00	Sala de Som
Agosto	17/08/2016	647	Nobreak 3,2 KVA Senoidal marca Ragtech modelo SN3200 VIO/BATI BLACK	3.035,00	Sala de Som





CÂMARA MUNICIPAL DE
PALMITAL
ESTADO DE SÃO PAULO

6.4 – REGISTROS CONTÁBEIS – BENS PATRIMONIAIS

Saldo Patrimonial em 30/04/2016	183.706,58
Valor total das aquisições - maio a agosto-2016	33.665,75
Bens baixados - maio a agosto-2016	0,00
Posição contábil patrimonial em 31/08/2016 (depreciado)	208.135,50

07 – GESTÃO DO ALMOXARIFADO

7.1 – RESUMO DAS ATIVIDADES REALIZADAS:

Foi realizada consulta junto ao responsável pelo Almoxarifado da Câmara, onde verificamos a inexistência de estoque de materiais, tendo em vista que os mesmos são adquiridos para consumo imediato.

Foi verificada a existência de registro das entradas e saídas dos materiais adquiridos e consumidos através de sistema informatizado próprio.

08 – GESTÃO DAS COMPRAS

8.1 – RESUMO DAS ATIVIDADES REALIZADAS:

A Comissão Permanente de Licitações para o período de 2016, foi instituída através da Portaria nº 247/2016, sendo composta pelos servidores: Adriano Bachetta Meira, Presidente, Josianne Michelle Modesto de Oliveira, Vice-Presidente e Adriele Lima de Carvalho, Membro;

As compras são planejadas com antecedência, sempre precedidas com pesquisa de mercado visando o preço mais vantajoso para a Administração;

O cadastro de fornecedores (registro cadastral) está implantado e é informatizado;

Não existe cadastro de preços (Sistema de Registro de Preços);

Os processos licitatórios são numerados, autuados, protocolados, suas folhas são numeradas, e conferidos pelo Sistema de Controle Interno;

O prazo dos Editais é respeitado entre a publicação e a abertura dos envelopes;

As minutas dos editais, contratos são previamente examinadas e aprovadas pelo Procurador Jurídico via parecer;





CÂMARA MUNICIPAL DE
PALMITAL
ESTADO DE SÃO PAULO

Os processos contêm todos os documentos exigidos no art. 38, da Lei 8.666/93;

Os editais obedecem ao previsto no art. 40, da Lei 8.666/93;

Os extratos de contratos e aditivos aos contratos são publicados na Imprensa Oficial do Município e os processos licitatórios são afixados no mural de publicações da Câmara Municipal;

Verificamos que os Processos Licitatórios e Termos Contratuais celebrados no período, foram divulgados no portal da Câmara Municipal de Palmital (www.palmital.sp.leg.br);

A elaboração dos contratos segue ao disposto no art. 55, da Lei 8666/93;

As publicações mensais das compras estão sendo afixadas no mural, em conformidade ao disposto no art. 16, da Lei 8666/93.

8.2 – RELAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÕES REALIZADAS NO PERÍODO DE MAIO A AGOSTO DE 2016

Não houve processo de Dispensa de Licitação no período.

8.3 – RELAÇÃO DE PROCESSOS DE LICITAÇÕES NA MODALIDADE CONVITE REALIZADAS NO PERÍODO DE MAIO A AGOSTO DE 2016

PROCESSO	CONVITE	OBJETO	VALOR GLOBAL	CONTRATO	CONTRATADA
04/2016	03/2016	Aquisição de equipamentos de informática e serviços técnicos objetivando dar prosseguimento ao Projeto de Modernização Legislativa na Câmara Municipal de Palmital	(R\$ 33.274,00 (trinta e três mil, duzentos e setenta e quatro reais)	05/2016 Vigência: 01/08/2016 a 15/09/2016	LPZIGLIO COMÉRCIO E SERVIÇOS EPP - CNPJ nº 04.023.725/000 1-56





CÂMARA MUNICIPAL DE
PALMITAL
ESTADO DE SÃO PAULO

8.4 – RELAÇÃO DE PROCESSOS DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÕES REALIZADAS NO PERÍODO DE MAIO A AGOSTO DE 2016

Não houve processo de Inexigibilidade de Licitação no período.

8.5 – RELAÇÃO DE CONTRATOS CELEBRADOS PELA CÂMARA MUNICIPAL DE PALMITAL NO PERÍODO DE MAIO A AGOSTO DE 2016

Contrato nº 05/2016 - PROCESSO nº 04/2016. CONTRATANTE: Câmara Municipal de Palmital. Contratada: LPZIGLIO COMÉRCIO E SERVIÇOS EPP – CNPJ nº 04.023.725/0001-56. MODALIDADE: Convite 03/2016. Objeto: Aquisição de equipamentos de informática e serviços técnicos objetivando dar prosseguimento ao Projeto de Modernização Legislativa na Câmara Municipal de Palmital. Vigência: 45 dias, com início em 1º de agosto de 2016 e término em 15 de setembro de 2016. DATA DA ASSINATURA: 01.08.2016. DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS: 010310101.2.101000 – Manutenção do Processo Legislativo -4.4.90.52.00.00.00 – Equipamentos e Material Permanente / 010310101.2.101000 – Manutenção do Processo Legislativo - 3.3.90.30.00.00.00 – Material de Consumo / 010310101.2.101000 – Manutenção do Processo Legislativo - 3.3.90.39.00.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica - VALOR GLOBAL: R\$ 33.274,00 (trinta e três mil, duzentos e setenta e quatro reais). Palmital, 1º de agosto de 2016. Adriana Polisini – Presidente.

8.6 – RELAÇÃO DE TERMOS ADITIVOS DE PRORROGAÇÕES CONTRATUAIS REALIZADOS PELA CÂMARA MUNICIPAL DE PALMITAL NO PERÍODO DE MAIO A AGOSTO DE 2016

Não houve a celebração de Termos Aditivos e Prorrogações Contratuais no período.

09 – GESTÃO DA TESOUREARIA E CONTABILIDADE

9.1 – RESUMO DAS ATIVIDADES REALIZADAS:

As disponibilidades de caixa são depositadas em bancos estatais, atendendo ao artigo 164, § 3º, da Constituição Federal;

Os pagamentos são realizados através da emissão em cheques; depósito em conta; transferências; e débito automático em conta;

Os pagamentos são realizados obedecendo à ordem cronológica, previamente estabelecida;

Os cheques são emitidos de forma nominais;



CÂMARA MUNICIPAL DE **PALMITAL** ESTADO DE SÃO PAULO

Os pagamentos por meio eletrônico são devidamente comprovados;

Há controle dos cheques emitidos e cancelados;

É realizada a Conciliação Bancária de todas as contas existentes, e devidamente conferidas e assinadas pela Tesouraria e Presidência;

A seção controla os créditos adicionais suplementares com antecipação a despesa que será realizada (licitação, dispensa e inexigibilidade);

Os recursos financeiros destinados a Câmara Municipal são contabilizados como receitas de transferência;

Os documentos da despesa são arquivados de forma mensal;

É encaminhada mensalmente a Prefeitura todas as informações relativas às movimentações contábeis, financeiras, patrimoniais e orçamentárias do Legislativo para consolidação na contabilidade geral do Município.

9.2 – DESPESAS SOB REGIME DE ADIANTAMENTO

O regime de adiantamento foi instituído através da Lei Municipal nº 1.383, de 05 de outubro de 1988.

Não houve concessão de adiantamento a servidor em posse de 2 (dois) adiantamentos em aberto, ou seja, sem a devida prestação de contas;

Verificamos a existência de parecer emitido pelo Controlador Interno atestando a regularidade das prestações de Contas dos adiantamentos concedidos, em conformidade ao Comunicado SDG nº 19/2010.

10 – DIVERSOS

10.1 – INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTOS APURATÓRIOS DISCIPLINARES DE SINDICÂNCIA OU PROCESSO ADMINISTRATIVO

Verificamos que no período analisado não houve a instauração de Sindicância e Processo Administrativo.





10.2 – INSTAURAÇÃO DE COMISSÃO ESPECIAL DE INQUÉRITO

Verificamos que no período analisado não houve a instauração de Comissão Especial de Inquérito.

10.3 – JULGAMENTO DAS CONTAS DO PODER EXECUTIVO

Verificamos que no período houve a apreciação das contas do Poder Executivo pela Câmara Municipal de Palmital. Apuramos que o processo de prestação de contas da Prefeitura Municipal de Palmital, relativo ao exercício de 2012 (Processo TC-001766/026/12), foi recebido pela Câmara Municipal de Palmital em data de 07/03/2016, através do ofício n. 033/2016/GDUR-4, ficando a disposição da população e vereadores pelo prazo de 60 (sessenta) dias. Posteriormente, foi enviado a Comissão de Finanças, Orçamento e Gestão Pública, que através do Parecer da Comissão nº 36/2016, manifestou-se pela desaprovação das contas da Prefeitura Municipal de Palmital. Em Sessão Extraordinária, realizada em 03/06/2016, a Câmara Municipal de Palmital julgou às contas da Prefeitura Municipal de Palmital, relativas ao exercício de 2012, através do Projeto de Decreto Legislativo nº 02/2016, aprovando o parecer prévio emitido pelo Egrégio Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, que rejeitou as contas apresentadas pelo Poder Executivo.

10.4 – SERVIÇO DE INFORMAÇÃO AO CIDADÃO (SIC)

Verificamos que todos os pedidos de informações foram registrados e atendidos pelo setor responsável.

10.5 – AUDIÊNCIAS PÚBLICAS (PPA, LDO E LOA)

Verificamos que a Câmara Municipal realizou Audiência Pública em 01.07.2016 para debater o projeto referente de Lei das Diretrizes Orçamentárias – LDO para o exercício financeiro de 2017. Como forma de incentivar a participação popular, constatamos a publicação de Convites na imprensa local: Jornal da Comarca (edição de 25.06.2016 – página 6), no Semanário Oficial do Município (edição de 01.07.2016 – página 3), no Portal da Câmara Municipal de Palmital (www.palmital.sp.leg.br) e através de endereçamento prévio de Convites aos entes representativos da sociedade.

10.6 – CONTROLE DE GASTOS COM MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS

Os gastos com manutenção dos veículos oficiais são registrados de forma detalhada em controle próprio.





CÂMARA MUNICIPAL DE
PALMITAL
ESTADO DE SÃO PAULO

10.7 – CONTROLE DE GASTOS COM COMBUSTÍVEL

Os gastos com combustíveis dos veículos oficiais são registrados em controle próprio e conferidos mensalmente.

Verificamos que há controle de tráfego dos veículos oficiais registrados através de relatórios com as seguintes informações: quem os utilizou, local de destino, motivo do deslocamento e quilometragem percorrida.

10.8 – GASTOS COM PUBLICIDADE

Verificado que no período analisado houve gastos com publicidade dos atos oficiais da Câmara, conforme quadro a seguir:

PERÍODO	CREDOR	SERVIÇO	VALOR
Maio	EMPRESA JORNALÍSTICA COMARCA DE PALMITAL LTDA.	Divulgação jornalística dos atos oficiais da Câmara.	262,15
Junho	EMPRESA JORNALÍSTICA COMARCA DE PALMITAL LTDA.	Divulgação jornalística dos atos oficiais da Câmara.	707,05
Julho	EMPRESA JORNALÍSTICA COMARCA DE PALMITAL LTDA.	Divulgação jornalística dos atos oficiais da Câmara.	0,00
Agosto	EMPRESA JORNALÍSTICA COMARCA DE PALMITAL LTDA.	Divulgação jornalística dos atos oficiais da Câmara.	0,00
TOTAL.....			R\$ 969,20

10.9 – RELATÓRIO DE VIAGENS REFERENTE AOS MESES DE MAIO A AGOSTO DE 2016





CÂMARA MUNICIPAL DE
PALMITAL
ESTADO DE SÃO PAULO

PERÍODO	VEÍCULO	DATA	DESTINO – MOTIVO	SOLICITANTE
Maio	CITROEN C4 PALLAS – DKI-6612	24/05/2016	Ourinhos – levar equipamento da Câmara para assistência técnica	Adriano B. Meira – Analista de TI
Maio	CITROEN C4 PALLAS – DKI-6612	30/05/2016	Ourinhos – retirar equipamento da Câmara encaminhado para assistência técnica	Adriano B. Meira – Analista de TI
Junho	CITROEN C4 PALLAS – DKI-6612	15/06/2016	Marília – participação de evento sobre tecnologia da informação promovido pela empresa Visual Systems em parceria com a DELL	Adriano B. Meira – Analista de TI
Junho	CITROEN C4 PALLAS – DKI-6612	17/06/2016	Presidente Prudente – participação em curso de capacitação promovido pela empresa GOVBR	Melrymar Trovo C. Lima – Agente Administrativo Willian Ferraz Fiorentino – Contador
Julho	CITROEN C4 PALLAS – DKI-6612	01/07/2016	Marília – levar equipamento da Câmara para assistência técnica	Adriano B. Meira – Analista de TI
Julho	CITROEN C4 PALLAS – DKI-6612	08/07/2016	Presidente Prudente – participação em curso de capacitação promovido pela empresa GOVBR	Márcio Junior de Oliveira – Procurador Jurídico Willian Ferraz Fiorentino – Contador





CÂMARA MUNICIPAL DE
PALMITAL
ESTADO DE SÃO PAULO

Agosto	CITROEN C4 PALLAS – DKI-6612	25/08/2016	Presidente Prudente – participação em curso de capacitação promovido pela empresa GOVBR	Márcio Junior de Oliveira – Procurador Jurídico Willian Ferraz Fiorentino – Contador
--------	---------------------------------	------------	--	---

10.10 – CONTROLE DE GASTOS COM TELEFONIA

As ligações externas são registradas por meio de controle individual efetuado pela Telefonista da Câmara, indicando o usuário e o destino das ligações.

10.11 – ENVIO DAS INFORMAÇÕES AO SISTEMA AUDESP

Em consulta realizada junto ao Sistema AUDEP através da opção “Situação de Entrega”, constatamos que a Câmara Municipal de Palmital não possuía documento com pendência de envio referente ao período em análise.

11 – RECOMENDAÇÕES DO CONTROLE INTERNO

De acordo com levantamento realizado por este Controlador Interno, o Poder Executivo vem realizando os repasses de duodécimos ao Poder Legislativo de forma intempestiva, e ainda, de forma parcelada.

Dessa maneira, ainda que os atrasos nos repassem dos duodécimos à Câmara por parte do Poder Executivo não tenha comprometido o exercício do Poder Legislativo, recomendamos a Presidente da Câmara Municipal, que em caso da não realização dos repasses no prazo legal, remeta notificações ao Executivo para tentar solucionar a questão no plano extrajudicial, a fim de evitar a violação da autonomia financeira desta Casa de Leis.

Assim, com base no Art. 8º, da Resolução nº 60/2.013 e suas alterações posteriores, este Controlador Interno dará ciência de tais fatos à Presidente da Câmara Municipal, através do C.I nº 02/2016 - S.C.I., que passa a fazer parte integrante do presente Relatório, para que a mesma adote as providências apontadas por este Controlador Interno em caso do Poder Executivo não realizar o repasse dos duodécimos à Câmara Municipal até o dia 20 (vinte) de cada mês.





CÂMARA MUNICIPAL DE
PALMITAL
ESTADO DE SÃO PAULO

12 – CONSIDERAÇÕES FINAIS


Procuramos, no presente RELATÓRIO, focar os principais aspectos da gestão administrativo-financeiro, orçamentário e patrimonial com clareza e objetividade, colocando-nos à disposição para quaisquer outros esclarecimentos que se fizerem necessários. Realizamos o exame das receitas, despesas, contratos, e demais atos praticados pela Câmara Municipal de Palmital, com a finalidade de verificar a regularidade da execução orçamentária, financeira e operacional deste ente, verificando o atendimento aos princípios da legalidade e supremacia do interesse público. Os registros e documentos examinados traduzem adequadamente a execução orçamentária de responsabilidade do gestor. Ao detectar eventual incorreção, buscamos antes de qualquer medida administrativa, corrigi-las com objetivo de reforçar a efetividade dos gastos públicos em benefícios da sociedade. Atestamos que a documentação do Legislativo, ora analisada, submeteu-se à devida análise por parte deste Sistema de Controle Interno.

13 – CONCLUSÃO

Baseada nas considerações acima, esse Sistema de Controle Interno conclui que as atividades da Câmara Municipal de Palmital-SP, estão em conformidade com as exigências legais.

É o parecer.

Palmital/SP, 07 de novembro de 2016.


MÁRCIO JÚNIOR DE OLIVEIRA
Responsável pelo Controle Interno



CÂMARA MUNICIPAL DE
PALMITAL
ESTADO DE SÃO PAULO

Palmital, 07 de novembro de 2016

Comunicado Interno n. 02/2016 – S.C.I.

À Excelentíssima Senhora Presidente.

CIENTE
07 / 11 / 2016
Adriana Polisini
Presidente

Assunto: Formalização de Notificação ao Poder Executivo em caso de atrasos de repasses de duodécimos ao Poder Legislativo.


No cumprimento das atribuições estabelecidas na Resolução n. 60, de 01 de julho de 2013 (Sistema de Controle Interno) e suas alterações posteriores, e visando a orientar a Presidência desta Casa de Leis, expedimos a seguir nossas considerações, acerca do não repasse dos duodécimos devidos à Câmara Municipal de Palmital pela Prefeitura Municipal, no período constitucionalmente ordenado:

Conforme levantamento realizado por este Controlador Interno no Relatório referente ao 2º quadrimestre de 2.016, o Poder Executivo não depositou no prazo legal os duodécimos pertencentes ao Poder Legislativo, nos meses de maio, junho, julho e agosto.

Contudo, constatamos que houve a formalização de notificações em relação aos atrasos dos repasses de duodécimos nos meses de julho, agosto, setembro e outubro.

Dessa forma, a fim de assegurar o bom exercício da atividade legiferante e até mesmo o regular funcionamento de todas as atribuições cometidas ao Poder Legislativo, este Controlador Interno recomenda à Presidente da Câmara Municipal de Palmital, nos termos do Art. 8º da Resolução nº 60/13, seja formalizada Notificação ao Poder Executivo em caso de atraso nos repasses dos duodécimos ao Poder Legislativo.

Atenciosamente,


MÁRCIO JUNIOR DE OLIVEIRA
Responsável pelo Controle Interno

À
Excelentíssima Senhora
ADRIANA POLISINI
Presidente da Câmara Municipal de Palmital



CÂMARA MUNICIPAL DE
PALMITAL
ESTADO DE SÃO PAULO

DESPACHO

Ref.: Relatório do Sistema de Controle Interno relativo ao 2º quadrimestre de 2016 (maio a agosto).

Ciente do relatório do 2º quadrimestre de 2016 e do Comunicado Interno nº 02/2016, ambos apresentados pelo Controlador Interno.

Em relação as considerações apresentadas no Comunicado Interno, informo que continuarão sendo formalizadas as devidas notificações ao Poder Executivo sobre os atrasos nos repasses de duodécimos a Câmara Municipal de Palmital, a fim de evitar o comprometimento da autonomia administrativa do Poder Legislativo.

No mais, estando a Câmara em conformidade com as exigências legais, encaminhe-se o relatório ao setor de origem para arquivo.

Câmara Municipal de Palmital, em 17 de novembro de 2.016.


ADRIANA POLISINI

Presidente



CÂMARA MUNICIPAL DE
PALMITAL
ESTADO DE SÃO PAULO

Palmital, SP, 21 de julho de 2016.

A

Excelentíssima Sr^a

Ismenia Mendes Moraes

Prefeita Municipal

CÓPIA

Conforme determina o § 2º do artigo 29-A e artigo 168, ambos da Constituição Federal o Executivo deve repassar o duodécimo ao legislativo até o dia 20 de cada mês o que não vem, podendo a Prefeita responder por crime de responsabilidade. O responsável pelo controle interno notificou esta Presidente sobre a ocorrência dos atrasos, a qual se vê também na obrigação de notificar a Chefe do Executivo local, sobre tais acontecimentos sob pena de sofrer apontamento e sanções por parte do Tribunal de Contas. Visando o melhor tanto para o legislativo como para o executivo, com o fim de evitar penalidades futuras, respeitosamente vem à presença de Vossa Excelência para que de futuro os repasses sejam efetivados em tempo hábil, sendo que o referente ao mês de julho ainda não foi depositado.

PROTOCOLO Nº	1056	FLS	23
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL			
Em	21	de	julho de 2016.
Encarregado			

Atenciosamente.


ADRIANA POLISINI
PRESIDENTE



CÂMARA MUNICIPAL DE
PALMITAL
ESTADO DE SÃO PAULO

Palmital, SP, 23 de Agosto de 2016.

CÓPIA

A

Excelentíssima Sr^a
Ismenia Mendes Moraes
Prefeita Municipal

Conforme determina o § 2º do artigo 29-A e artigo 168, ambos da Constituição Federal o Executivo deve repassar o duodécimo ao legislativo até o dia 20 de cada mês o que não vem ocorrendo, podendo a Prefeita responder por crime de responsabilidade. O responsável pelo controle interno notificou esta Presidente sobre a ocorrência do atraso, a qual se vê também na obrigação de notificar a Chefe do Executivo local, sobre tal acontecimento sob pena de sofrer apontamento e sanções por parte do Tribunal de Contas. Visando o melhor tanto para o legislativo como para o executivo, com o fim de evitar penalidades futuras, respeitosamente vem à presença de Vossa Excelência para que de futuro os repasses sejam efetivados em tempo hábil, sendo que o referente ao mês de Agosto ainda não foi depositado.

Atenciosamente.


ADRIANA POLISINI
PRESIDENTE

PROTOCOLO Nº	1221	FLS	29
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL			
Em	23	de	08 de 2016
			
Encarregado			



CÂMARA MUNICIPAL DE
PALMITAL
ESTADO DE SÃO PAULO

Palmital, SP, 21 de setembro de 2016.

A

Excelentíssima Sr^a

Ismenia Mendes Moraes

Prefeita Municipal

CÓPIA

PROTÓCOLO Nº	1369	FLS	35
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL			
Em	22	de	09 de 2016
			
Encarregado			

Conforme determina o § 2º do artigo 29-A e artigo 168, ambos da Constituição Federal o Executivo deve repassar o duodécimo ao legislativo até o dia 20 de cada mês o que não vem ocorrendo, podendo a Prefeita responder por crime de responsabilidade. O responsável pelo controle interno notificou esta Presidente sobre a ocorrência do atraso, a qual se vê também na obrigação de notificar a Chefe do Executivo local, sobre tal acontecimento sob pena de sofrer apontamento e sansões por parte do Tribunal de Contas. Visando o melhor tanto para o legislativo como para o executivo, com o fim de evitar penalidades futuras, respeitosamente vem à presença de Vossa Excelência para que de futuro os repasses sejam efetivados em tempo hábil, sendo que o referente ao mês de Setembro ainda não foi depositado.

Atenciosamente.


ADRIANA POLISINI
PRESIDENTE



CÂMARA MUNICIPAL DE
PALMITAL
ESTADO DE SÃO PAULO

Palmital, SP, 24 de outubro de 2016.

A

Excelentíssima Sr^a
Ismenia Mendes Moraes
Prefeita Municipal

CÓPIA



Conforme determina o § 2º do artigo 29-A e artigo 168, ambos da Constituição Federal o Executivo deve repassar o duodécimo ao legislativo até o dia 20 de cada mês o que não vem ocorrendo, podendo a Prefeita responder por crime de responsabilidade. O responsável pelo controle interno notificou a Presidente sobre a ocorrência do atraso, a qual se vê também na obrigação de notificar a Chefe do Executivo local, sobre tal acontecimento sob pena de sofrer apontamento e sanções por parte do Tribunal de Contas. Visando o melhor tanto para o legislativo como para o executivo, com o fim de evitar penalidades futuras, respeitosamente vem à presença de Vossa Excelência solicitar para que de futuro os repasses sejam efetivados em tempo hábil, sendo que o referente ao mês de Setembro ainda não foi repassado em sua integralidade e não houve também o repasse referente do duodécimo de outubro vencido no di 20 deste mês..

Atenciosamente.

ADRIANA POLISINI

PRESIDENTE